

CERTIFICADO DE AUDITORIA

1. ENTIDADE AUDITADA - Ordem dos Advogados do Brasil Santa Catarina;
2. CNPJ: 82.519.190/0001-12.
3. EXERCÍCIO AUDITADO: 2021.

Em cumprimento ao disposto no Provimento nº 104/2004 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, procedemos os exames da Prestação de Contas do exercício de 2021 da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA.

Nosso exame compreendeu as demonstrações contábeis que foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nossas conclusões sobre os trabalhos estão apresentadas no anexo 1 deste certificado, o qual demonstra o relatório dos auditores independentes, preparado de acordo com a NBC TA 700, aprovada pela Resolução nº 1.231/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Florianópolis, 06 de setembro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SC 000202/F-1



Márcio Silva
CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA
CATARINA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 06 de setembro de 2022.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	16	45.293.448	41.745.730
Receitas/(despesas) operacionais			
Contribuições estatutárias	12	(12.768.546)	(10.597.264)
Despesas administrativas	17	(29.466.194)	(23.904.688)
Outras receitas/despesas operacionais	18	4.626.719	3.608.056
Resultado antes das receitas financeiras líquidas		7.685.427	10.851.834
Despesas financeiras líquidas	19	(485.351)	(869.492)
Superávit líquido do exercício		7.200.076	9.982.342

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.414.796	22.153.646	54.568.442
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(549.704)	(549.704)
Superávit líquido do exercício	9.982.342	-	9.982.342
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.397.138	21.603.942	64.001.080
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(549.704)	(549.704)
Superávit líquido do exercício	7.200.076	-	7.200.076
Saldos em 31 de dezembro de 2021	49.597.214	21.054.238	70.651.452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Superávit líquido do exercício	7.200.076	9.982.342
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para contingências	(568.891)	330.324
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	951.662	2.420.903
Juros provisionados	360.258	391.683
Baixa ativo imobilizado e intangível	500.877	709.855
Depreciação/amortização	1.994.050	1.888.573
	10.800.773	15.723.680
Redução/(aumento) nos ativos		
Anuidades a receber	686.564	(4.652.141)
Depósitos judiciais	265.858	(111.766)
Outros créditos	(256.608)	(43.758)
	(292.567)	(4.807.665)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	109.703	105.967
Obrigações sociais e trabalhistas	(343.303)	(111.719)
Obrigações estatutárias	66.040	(771.869)
Anuidades a realizar	1.245.994	(5.373.915)
Outras obrigações	76.080	(286.963)
	1.154.513	(6.438.499)
Pagamento de juros	(360.258)	(391.681)
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	11.662.719	4.085.835
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Redução/(aumento) em investimentos	83.313	-
Aquisições líquidas no imobilizado/intangível	(6.625.360)	(2.195.995)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(6.276.666)	(2.195.995)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	5.600.000	5.300.000
Amortização de empréstimos	(5.988.541)	(5.461.287)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(388.541)	(161.287)
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	4.997.512	1.728.553
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.444.861	7.716.308
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.442.373	9.444.861
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	4.997.512	1.728.553

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída por meio do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000), aprovada pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, com observância à Legislação Societária, aos Princípios de Contabilidade, , NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, número 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Entidade em 31 de agosto de 2022 e serão posteriormente submetidas à Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a Entidade não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício e o superávit/déficit do exercício. Dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit, conforme instrução ITG 2002 (R1).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das renumerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Anuidades a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As anuidades a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber e são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das anuidades a receber.

O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o saldo de anuidades a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos, quando aplicável.

3.4. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

3.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*'pro rata temporis'*).

3.9. Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

3.10. Apuração do resultado - superávit/déficit

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da Entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.906/94, de 04 de julho de 1994.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa seccional	1.575	2.089
Caixa subseções	16.269	33.866
Bancos conta movimento seccional	5.153.589	2.035.665
Bancos conta movimento subseções e filiais	710.322	889.954
Bancos conta poupança	102.216	98.942
Aplicações financeiras	8.458.402	6.384.345
	<u>14.442.373</u>	<u>9.444.861</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do ITG 1000.

5. Anuidades a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Anuidades a receber - exercício corrente	7.139.640	8.295.436
Anuidades a receber - exercícios anteriores	16.516.055	17.067.240
Infrações disciplinares e eleitorais	959.807	662.039
Cartões a receber anuidades e taxas	2.098.330	1.375.682
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(13.618.790)	(12.667.129)
	<u>13.095.042</u>	<u>14.733.268</u>

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber e infrações disciplinares/eleitorais, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de anuidades a receber por idade de vencimento.

No exercício de 2021 a Administração da Entidade procedeu a um estudo de seu histórico de recuperabilidade de créditos e implementou uma nova política de perdas estimadas para Anuidades a receber, conforme abaixo:

	Percentual de perda estimada (%)
Anuidades dos exercícios de 2008 a 2017 não ajuizadas	100
Anuidades do exercício de 2018 não ajuizadas	90
Anuidades do exercício de 2019 não ajuizadas	80
Anuidades do exercício de 2020 não ajuizadas	70
Anuidades do exercício de 2021 não ajuizadas	60
Renegociações de anuidades	80
Multas eleitorais e disciplinares 2009 a 2017 não ajuizadas	100
Multas eleitorais e disciplinares 2018 a 2021 não ajuizadas	90

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para os exercícios 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	(12.667.129)	(10.246.226)
Adições	(951.662)	(2.420.903)
Saldos finais	<u>(13.618.791)</u>	<u>(12.667.129)</u>

6. Outros créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos a subseções	743	743
Adiantamento a empregados	124.653	100.403
Adiantamento a fornecedores	89.173	243.400
Créditos diversos	11.807	73.341
Adiantamento repasse CFOAB exercício posterior	373.432	-
Adiantamento repasse FIDA exercício posterior	74.687	-
Adiantamento repasse FIDA	87.540	87.540
	<u>726.035</u>	<u>505.427</u>
Circulante	674.495	417.887
Não circulante	87.540	87.540

7. Investimentos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cota Capital Sicoob	768.232	851.545
	<u>768.232</u>	<u>851.545</u>

8. Imobilizado

Demonstramos a seguir a composição do imobilizado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos	22.410.600	22.493.400
Móveis e utensílios	5.212.548	4.923.579
Obras de arte	630	630
Edifícios	35.199.699	34.075.231
Obras em andamento	3.951.105	335.508
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.088.071	5.017.247
Máquinas e equipamentos	2.280.038	1.939.251
Equipamentos de informática e software	2.519.281	2.121.792
Veículos	262.975	209.495
(-) Depreciação acumulada	(14.824.708)	(12.598.430)
	<u>62.100.239</u>	<u>58.517.703</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Demonstramos a seguir a movimentação do Imobilizado - custo corrigido para o exercício de 2021:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Terrenos	22.493.400	-	(82.800)	-	22.410.600
Móveis e utensílios	4.923.579	433.394	(144.425)	-	5.212.548
Obras de arte	630	-	-	-	630
Edifícios	34.075.231	1.543.528	(419.060)	-	35.199.699
Obras em andamento	335.508	5.229.949	-	(1.614.352)	3.951.105
Máquinas e equipamentos	1.939.251	416.461	(75.674)	-	2.280.038
Equipamentos informática	2.121.792	460.353	(62.864)	-	2.519.281
Benfeitorias em Imóveis					
Terceiros	5.017.247	70.824	-	-	5.088.071
Veículos	209.495	53.480	-	-	262.975
	<u>71.116.134</u>	<u>8.207.990</u>	<u>(784.824)</u>	<u>1.614.352</u>	<u>76.924.947</u>

Demonstramos a seguir a movimentação da depreciação acumulada para o exercício de 2021:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2021
Móveis e utensílios	(2.682.765)	(500.690)	107.396	(3.076.058)
Edifícios	(6.306.942)	(1.329.718)	103.830	(7.532.830)
Máquinas e equipamentos	(1.035.051)	(210.457)	45.521	(1.199.987)
Equipamentos informática	(1.505.097)	(253.812)	59.298	(1.699.611)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	(939.116)	(221.408)	-	(1.160.524)
Veículos	(129.460)	(26.239)	-	(155.699)
	<u>(12.598.430)</u>	<u>(2.542.323)</u>	<u>316.045</u>	<u>(14.824.708)</u>

A Administração da Entidade analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Foram cedidos bens da Entidade em garantia de empréstimos ou outros compromissos, vide nota 10.

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

Os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A análise de recuperação dos ativos é realizada anualmente, sendo que o mesmo não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

9. Intangível

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso de software	434.444	466.543
(-) Amortização acumulada	(422.936)	(453.227)
	<u>11.508</u>	<u>13.316</u>

Demonstramos a seguir a movimentação do intangível líquida:

Conta Contábil	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Direito de uso de sistemas	13.316	31.723	(32.099)	(1.432)	11.508
	<u>13.316</u>	<u>31.723</u>	<u>(32.099)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>11.508</u>

Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos ativos intangíveis da Entidade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

10. Empréstimos e financiamentos

	Modalidade	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
Badesc - Obra Joinville	Investimento	TJLP + 6,1% a.a	1.682.803	2.141.088
Sicoob Adv. SC Ctr 17.378-5	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	180.281	221.775
Sicoob Adv. SC Ctr 31.392-9	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	-	4.700.000
Sicoob Adv. SC Ctr 33.379-3	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	-	600.000
Sicoob Adv. SC Ctr 36.367-0	Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	5.600.000	-
Coop. de Cred. Mútuo dos Adv.27015	Capital de giro	CDI + 0,35% a.m.	1.408.248	1.597.010
			<u>8.871.332</u>	<u>9.259.873</u>
Circulante			6.230.833	5.826.590
Não circulante			2.640.499	3.433.283

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

▪ Garantias.

- (a) Em garantia ao principal, reajuste monetário, juros compensatórios e moratórios, multa legal e quaisquer outras importâncias que de qualquer modo, venham a crescer a dívida, a Entidade dá ao BADESC em forma de alienação fiduciária os bens: i) um terreno situado em Joinville (SC), bairro Saguacú, sob matrícula n° 6124, avaliado em R\$ 982.973 na data do contrato ii) um terreno situado em Rio do Sul (SC), perímetro urbano, sob matrícula n° 2049, avaliado em R\$ 800.000 na data do contrato. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

▪ Vencimentos

Exercício	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
31/12/2020	5.826.590	876.444	876.444	876.444	709.813	94.138	9.259.873
31/12/2021	-	6.230.833	901.826	901.826	735.862	100.983	8.871.330

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	9.322	481.403
Provisão de férias	1.053.096	807.342
Pensão alimentícia	-	1.698
Empréstimos de funcionários a repassar	3.023	3.023
FGTS a pagar	1.697	133.898
INSS a recolher	231.296	217.534
PIS a recolher	12.870	11.614
IRRF - assalariados	66.307	58.628
IRRF - serviços de autônomos	1.094	854
IRRF sobre serviços prestados P. Jurídica	3.771	5.888
ISS	31.635	26.265
CSRF	28.186	37.454
	<u>1.442.297</u>	<u>1.785.601</u>

12. Obrigações estatutárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cota estatutária Conselho Federal	455.709	400.009
Cota estatutária CAASC	-	-
Cota estatutária FIDA	88.190	77.850
Parcelamento FIDA	64.936	64.936
	<u>608.835</u>	<u>542.795</u>

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da Entidade, o qual faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	<u>Percentual</u>
Total das receitas brutas mensais	100%
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	<u>40%</u>
Percentual de repasse à CAASC	<u>20%</u>

Demonstramos a seguir as contribuições estatutárias reconhecidas nos exercícios:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Conselho Federal	(3.990.171)	(3.311.645)
CAASC	(7.980.341)	(6.623.290)
FIDA	(798.034)	(662.329)
	<u>(12.768.546)</u>	<u>(10.597.264)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

13. Anuidades a realizar

Nos meses de novembro e dezembro de 2021 foram recebidas 5.771 anuidades pagas em cota única, referentes ao exercício de 2022, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 15% sobre o valor da anuidade do exercício com pagamento até 05 de fevereiro 2022, além desses outras 112 advogados pagaram alguma parcela referente ao exercício de 2022.

Dessa forma, o montante das anuidades do exercício de 2022 recebidas em cota única em 2021 totalizou R\$ 5.043.842 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 748.548 e os acréscimos totalizaram R\$ 4.069, tendo a Entidade recebido o líquido de R\$ 4.299.363, Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2022 em atendimento ao princípio da competência contábil. O valor bruto das anuidades parceladas recebidas é de R\$ 61.671 e o valor líquido é de R\$ 47.528 com desconto de R\$ 14.151 e acréscimo de R\$ 8.

14. Provisão para contingências

A Entidade é parte (réu) em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade registra o montante de R\$ 123.708 (R\$ 389.565 em 31 de dezembro de 2020) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados em sua totalidade no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Entidade está envolvida.

O Departamento Jurídico atualiza a situação dos processos e faz as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

Demonstramos a seguir a abertura da natureza da provisão para contingências:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível	948.154	792.045
Trabalhistas	1.118.619	1.843.619
	<u>2.066.773</u>	<u>2.635.664</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.635.664	2.574.615
Adições	187.150	777.990
Exclusões	(756.041)	(716.941)
	<u>2.066.773</u>	<u>2.635.664</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui processos para os quais os advogados atribuíram prognósticos de perdas possíveis, dessa forma não foi constituída provisão, perfazendo o valor de R\$66.053.381, sendo todos processos cíveis. Desse montante, o total de R\$ 54.787.669 trata-se de ação cível em que a Entidade é parte solidária, sob o número 5024803-48.2017.404.7200.

15. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

15.1. Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do imobilizado e intangível, cujo objetivo foi identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes desses grupos. A Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, tomando como base os laudos que foram preparados utilizando-se o método evolutivo.

O método evolutivo segue a prerrogativa do item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela empresa Avesa Engenharia.

O laudo foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NORMA NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR-14653-2 e NBR- 14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Considerações das inspeções técnicas:

- Vistoria;
- Títulos de propriedade e outros documentos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

- Caracterização do local;
- Avaliação das benfeitorias e instalações;
- Valor total das benfeitorias e instalações;
- Avaliação de equipamentos, móveis e demais itens;
- Conclusão;
- Anexos.

A adoção dessa avaliação resultou em um ajuste de R\$ 28.001.985, bem como a identificação de uma provisão para impairment de R\$ 122.026. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio social da Entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Demonstramos abaixo a movimentação do Ajuste de Avaliação Patrimonial registrado no Patrimônio Líquido:

AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total do imobilizado AAP	28.001.985	28.001.985
(-) Depreciação acumulada AAP	<u>(6.947.747)</u>	<u>(6.398.043)</u>
Total do imobilizado AAP líquido	21.054.238	21.603.942
Realização total AAP no PL no exercício	<u><u>(549.704)</u></u>	<u><u>(549.704)</u></u>

16. Receita operacional líquida

Demonstramos a seguir a conciliação da receita operacional bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Anuidades de advogados	40.827.416	38.560.467
Aluguéis	1.746.001	1.072.729
Taxas e emolumentos/Infrações	<u>2.720.031</u>	<u>2.112.534</u>
	<u><u>45.293.448</u></u>	<u><u>41.745.730</u></u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

17. Despesas administrativas

As despesas administrativas, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	2021	2020
Despesas com pessoal	(14.352.139)	(13.624.319)
Serviços profissionais	(4.692.521)	(3.706.271)
Contribuições, impostos e taxas	(143.367)	(144.840)
Despesas com aluguéis	(797.112)	(551.265)
Manutenção de bens móveis e imóveis	(501.468)	(275.958)
Despesas com veículos	(75.053)	(34.091)
Bens de pequeno valor	(49.576)	(29.289)
Publicidade e eventos	(629.286)	(425.232)
Despesas de viagens e estadias	(812.914)	(263.218)
Despesas com depreciações e amortizações	(1.994.050)	(1.894.654)
Prestadores de serviços	(1.372.731)	(1.344.036)
Material de consumo	(1.213.870)	(810.026)
Despesas diversas	(3.053.749)	(422.547)
Despesas com provisões para contingências	275.108	(330.324)
Despesa nacional de advocacia	(53.465)	(48.618)
	(29.466.194)	(23.904.688)

18. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2021	2020
Inscrições em eventos	-	-
Receitas exame de Ordem	1.349.913	386.692
Receitas de fotocópias	37.155	85.093
Contribuições voluntárias	-	-
Patrocínio para eventos	128.167	341.899
Receita de cursos/treinamentos	915	-
Receita Esa	83.941	23.840
Receitas estacionamento	90	7.301
Receita c/ comissões	78.489	41.995
Recuperação de Despesa	-	-
Devolução de Receita	(2.546)	(2.060)
Receita sede balneária	26.222	25.871
Receita pousada	91.167	8.297
Receita evento feijoada	-	-
Receita auxílios financeiros	1.654.812	2.145.575
Indenizações/recuperações recebidas	45.636	1.860
Auxílio Financeiro Suplementar	3.125.135	1.876.419
Remissão de Dívidas	-	517.275
Receitas diversas	169.442	353.430
Outras receitas	6.788.538	5.813.487
	2021	2020
Lucro na alienação de ativo imobilizado	879.840	257.877
Descontos/abatimentos/devoluções	(1.597.729)	(22.710)
Constituição de Perdas est. em créd. líq. duvidosa.	(951.662)	(2.420.902)
Custo na Alienação de Ativo Imobilizado	(405.068)	-
Doação do Ativo	(32.738)	(1.373)
Perda/quebra ativo imobilizado	(54.295)	(18.323)
Outras despesas	(2.161.652)	(2.205.431)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

19. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos aplicações financeiras	474.389	82.185
Descontos obtidos	1.494	5.827
Distribuição de sobras	41.674	55.008
Receitas financeiras	<u>517.557</u>	<u>143.020</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargos s/ empréstimos	(360.258)	(442.930)
Despesas bancárias	(42.031)	(41.497)
IRRF s/ aplicações	-	(1)
Encargos sobre aplicações financeiras	(163)	(227)
Juros e multas	(9.167)	(20.122)
Taxa administração de cartão	(149.022)	(144.678)
Despesas com cobranças	(442.267)	(363.058)
Despesas financeiras	<u>(1.002.908)</u>	<u>(1.012.512)</u>

20. Seguros

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores aos três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

21.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela Administração.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

21.3. Risco de crédito

A política da Entidade considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

21.4. Risco de liquidez

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

21.5. Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

21.6. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	14.442.373	14.442.373	9.444.861	9.444.861
Anuidades a receber	13.095.042	13.095.042	14.733.268	14.733.268
Investimentos	768.232	768.232	851.545	851.545
Passivos financeiros				
Fornecedores	818.390	818.390	708.687	708.687
Empréstimos e financiamentos	8.871.332	8.871.332	9.259.873	9.259.873

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Equivalentes de caixa: está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- Anuidades a receber: são mensuradas pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável ou relevante;
- Investimentos: trata-se de cotas capital emitidas por instituição financeira registrada pelo método de custo amortizado;
- Empréstimos e financiamentos: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado;
- Fornecedores: são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação.

22. Eventos subsequentes

Não houveram eventos subsequentes a serem declarados.